



Deliberação nº 98/2019/CFP

Regras complementares para a Promoção de Pessoal na Função Pública

Considerando as Deliberações número 67/2018, de 10 de outubro, e 85/2019, de 11 de abril, da Comissão da Função Pública e que aprovaram a interpretação dos critérios para a promoção de pessoal na Função Pública;

Considerando o Regime de Promoção do Pessoal das Carreiras da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei 1/2018, de 24 de janeiro e sua 1.^a alteração efetuada pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março.

Considerando que importa esclarecer certos procedimentos para a emissão das listas de candidatos admitidos ao concurso e listas de classificação provisória e final, bem como o prazo para submissão de recursos;

Considerando que compete à Comissão da Função Pública decidir sobre as práticas administrativas e de gestão no sector público, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Considerando a deliberação da Comissão da Função Pública na 87.^a Reunião Extraordinária, de 1 de julho de 2019.

Assim, a Comissão da Função Pública, no uso das competências previstas na Lei nº 7/2009, de 15 de julho, conjugada com a decisão acima citada, decide:

1. DETERMINAR que a lista final da elegibilidade de candidatura à promoção para cada grau inclua a pontuação obtida pelos candidatos em cada um dos seguintes critérios (*com base no SIGAP*):
 - a. Habilitação académica;
 - b. Exercício de cargo em comissão de serviço;
 - c. Tempo e lugar do exercício de funções;
 - d. Exercício de funções em áreas remotas;
 - e. Resultado da Avaliação de desempenho;
 - f. Formação profissional.
2. DETERMINAR que as listas de classificação final do concurso de promoção em cada grau integrem a pontuação obtida pelos candidatos, assim disposta:
 - a. A soma da pontuação dos critérios referidos no número anterior;
 - b. A pontuação obtida no exame de línguas oficiais;
 - c. A pontuação obtida na prova escrita de outras matérias;
 - d. O total final de pontos do candidato;
 - e. A ordem da colocação na lista segue o total final de cada candidato.

3. DETERMINAR que a pontuação obtida por cada candidato na prova escrita de cada turno seja exibido eletronicamente no ecrã.
4. FIXAR em cinco a dez dias o prazo para apresentação de reclamação ou recurso contra a lista de candidatos admitidos ao concurso e a lista de classificação final.
5. DETERMINAR que as listas de classificação final, após apreciadas quaisquer reclamações e recursos, são aprovadas pelos júris e homologadas pelo Presidente da CFP.

Publique-se

Díli, 1 de julho de 2019.

Faustino Cardoso Gomes
Presidente da Comissão da Função Pública

António Freitas
Comissário da CFP

Maria Domingas Fernandes Alves
Comissária da CFP

Jacinta Paula Bernardo
Comissária da CFP Comissário da CFP

José Telo Soares Cristóvão
Comissário da CFP